

# Novas regras para a nova economia (III)

7 JUN 2007  
VALOR ECONÔMICO

Brasil

“Criar instituições nessa área é talvez o maior desafio da nova economia.” Por **Larry Summers e Bradford DeLong**

O progresso econômico é mais do que uma questão de mercados e inovações tecnológicas. À medida que a estrutura econômica se transforma, também devem mudar as políticas governamentais.

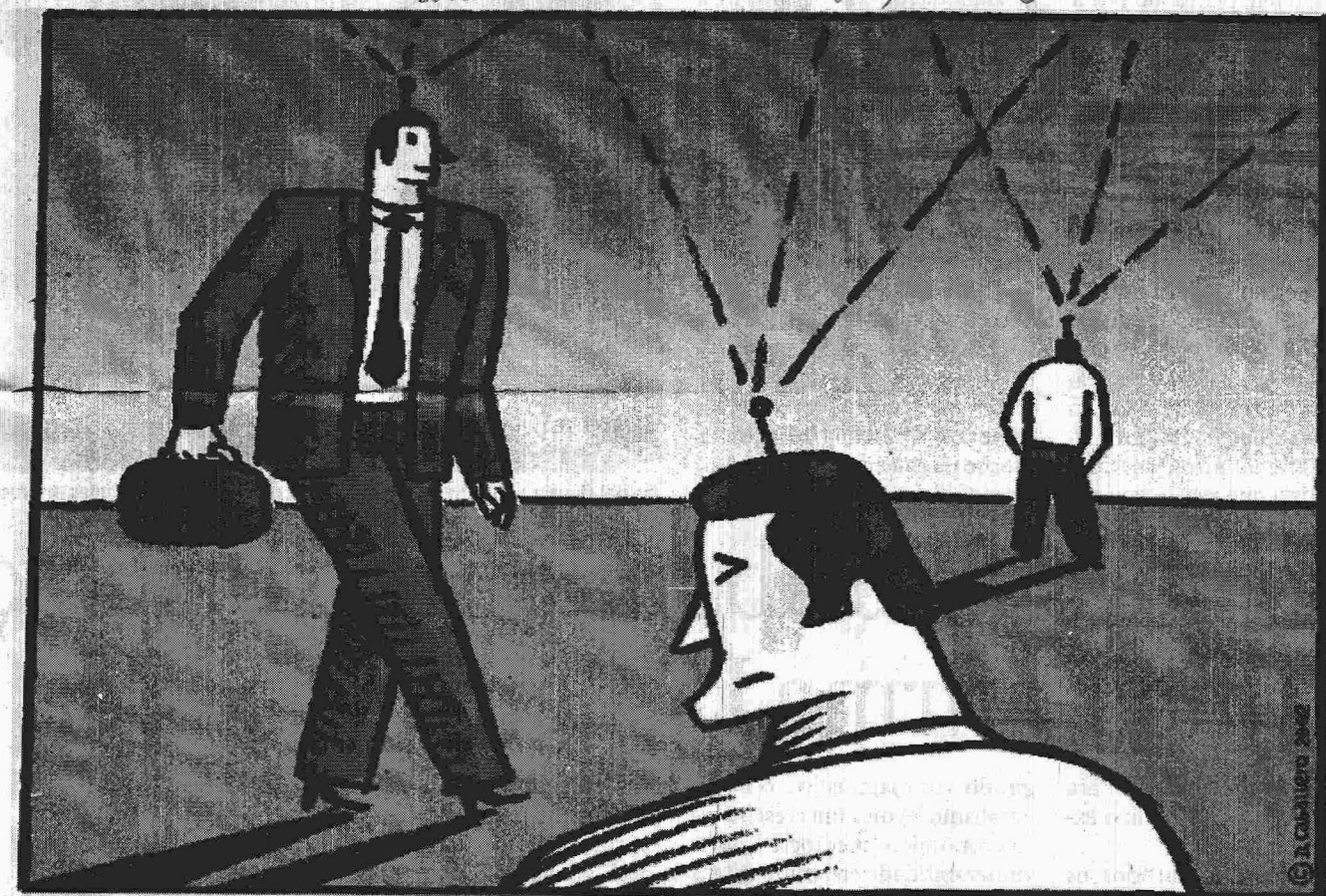
Consideremos a revolução agrícola britânica anterior a 1800, que foi um pré-requisito essencial para a revolução industrial subsequente. O parcelamento da terra extinguiu os direitos comunitários à mesma, permitindo que os proprietários de terras (à custa de muito sofrimento) experimentassem técnicas novas e mais produtivas. Se as instituições e leis não tivessem mudado, essa particular transformação econômica não teria acontecido.

Quais mudanças legais e institucionais são hoje necessárias para que a economia floresça em meio às mudanças trazidas pelos computadores? Para responder essa pergunta, precisamos analisar o que há de realmente novo na “nova economia”.

Talvez a maior diferença seja o fato de que o produto mais importante da nova economia — ou seja, a informação — tem um caráter “virtual”: se eu consumir mais informações, você não ficará com menos informações para seu eventual consumo. Bens virtuais podem ter altos custos “fixos”, isto é, pode ser muito caro levá-los ao mercado. Mas o custo “marginal” — o custo necessário para tornar esses bens acessíveis para mais um consumidor — é baixo, ou mesmo nulo.

Os produtos da nova economia também possuem “efeitos de rede”. Um aparelho de fax isolado é uma peça de metal útil, na melhor das hipóteses, para calçar uma porta. Agora, 100 mil aparelhos de fax possibilitam dez bilhões de conexões diferentes. Essa característica é conhecida como lei de Metcalfe: o aumento da quantidade de conexões, e portanto da utilidade da rede, cresce exponencialmente.

Essas características têm implicações cruciais. A velha economia é movida a “feedback” negativo: o aumento na demanda faz com que os preços subam, o que leva os fabricantes a produzirem mais, e os consumidores a comprarem menos, o que restaura o equilíbrio em um nível mais baixo de demanda. Em contraste, numa econo-



mia baseada na informação, o feedback é muitas vezes positivo: uma demanda crescente produz maior eficiência, maiores lucros e preços mais baixos, resultando em demanda ainda maior.

Isso cria oportunidades para um crescimento em bola de neve. Mas para que possamos aproveitar o potencial da nova economia, os mercados precisam ser tão grandes quanto possível. Maiores redes e linhas de produção, nas quais seja possível amortizar os altos custos fixos iniciais, geram, dessa forma, vantagens cumulativas. Por isso, os governos devem se empenhar em reduzir as barreiras comerciais, melhorar a infra-estrutura e remover barreiras de acesso.

Um setor que opera com custos fixos elevados e custos variáveis quase nulos exibe outra característica: ele tende a produzir um monopólio. Nas áreas de alta tecnologia, a regra tem sido esta: o líder de mercado ganha uma fortuna, o segundo colocado fatura apenas o suficiente para cobrir seus custos e os demais competidores vão à falência. A única disputa sustentável fica sendo a briga pela primeira posição na geração seguinte.

Uma boa política pública num ambiente como esse precisa garantir que os monopolizadores de uma geração não retardem a inovação da geração seguinte, e que os lucros obtidos pela companhia mono-

polista decorrentes da prestação de serviços essenciais não sejam excessivamente elevados (mas suficientemente altos para remunerar os investimentos anteriores).

A “nova economia” poderá mudar nossa visão sobre os monopólios ainda sob outro aspecto. Grande parte dos economistas considera as políticas de preços diferenciados como um mal — como sendo uma forma encontrada pelos monopolistas para inflar seus lucros. Na nova economia, porém, a diferenciação de preços po-

**Os governos devem se empenhar em reduzir as barreiras comerciais, melhorar a infra-estrutura e remover barreiras de acesso**

de permitir que uma empresa obtenha lucros cobrando preços altos de sua clientela básica e de maior poder aquisitivo, e incrementar esses lucros — ao mesmo tempo em que aumenta sua utilidade social — vendendo mais barato aos pobres.

As questões mais cruciais envolvem aspectos de propriedade intelectual. Como poderiam os mercados e a competição incentivar a aplicação do conhecimento técnico no campo dos produtos de informação? Uma resposta é: defendendo os direi-

tos dos proprietários. No entanto, as mais importantes inovações da nova economia dependem do progresso do conhecimento científico, que deve ser amplamente disseminado, porque o estoque de conhecimento resulta de um esforço cumulativo. Assim, os direitos à propriedade intelectual podem ameaçar a rede de discussão científica que torna eficazes as pesquisas e o progresso científico. Uma vigorosa proteção à propriedade intelectual também permite que os monopólios obtenham lucros altos e fixem seus preços em níveis muito acima de seu custo marginal.

Aqui os governos têm um papel importante a desempenhar, mas não sabemos criar políticas e instituições que harmonizem os objetivos aparentemente contraditórios: incentivar os empreendimentos e fomentar as inovações, ao mesmo tempo assegurando preços coerentes com os custos marginais, e estimulando o progresso cumulativo da pesquisa científica.

A criação de novas instituições para atuar nessa área talvez seja o maior dos desafios apresentados pela nova economia.

**Larry Summers**, ex-secretário do Tesouro dos EUA, é Presidente da Universidade de Harvard.

**Bradford DeLong**, ex-secretário assistente do Tesouro dos EUA, é professor de economia na Universidade da Califórnia, Berkeley.